

Anac corta asas do Detran

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

Jose Varella/CB/D.A Press - 15/4/07

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) é acusado de descumprir as regras de tráfego aéreo do país. Em ofício dirigido à Secretaria de Segurança Pública, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) diz que o helicóptero prefixo PR-EBQ, de propriedade da autarquia, tem sido usado de forma irregular para fiscalização aérea de vias. Como o Detran não é órgão de segurança pública, a aeronave só tem autorização para transportar pessoas ou equipamentos, sob pena de multa de R\$ 28 mil por voo irregular.

Comprado no governo anterior da empresa Helibrás, por R\$ 9 milhões, o helicóptero do Detran-DF era operado até setembro do ano passado por meio de um convênio entre a autarquia e a Polícia Militar do Distrito Federal. O Detran treinou pessoal próprio e se desligou dos policiais militares. O problema, segundo a Anac, é que o helicóptero tem algumas restrições. A aeronave não pode pousar em qualquer lugar, fora dos helipontos autorizados e voar abaixo de 500 pés (aproximadamente 160 metros).

Dessa forma, o helicóptero não poderia fazer sobrevôos para vigilância e fiscalização do trânsito. "Objetivando evitar que seja colocada em risco, de forma sistêmica, a atividade aérea no Distrito Federal, solicito a Vossa Excelência que seja mandado adotar as providências necessárias para coibir operações daquele órgão



COMPRADO POR R\$ 9 MILHÕES, MODELO NÃO PODE POUSAR FORA DOS HELIPONTOS NEM VOAR ABAIXO DE 500 PÉS

que não possuam previsão legal", sustentou o gerente regional da Anac, Maurício José Antunes Gusman Filho, em correspondência de 27 de junho, dirigida ao então secretário de Segurança, general Cândido Vargas Freire.

A suposta irregularidade foi denunciada à Anac pela própria PM. As denúncias foram registradas em ofício do comandante do Grupamento de Operações Aéreas (GOA) da PM, tenente-coronel Antonio Roberto Castro Neves, à agência reguladora. O oficial reclama de que a aeronave do Detran tem voado a baixa altura e, inclusive, operado em missões de segurança pública, como na busca de um prisioneiro da Papuda. Castro Neves acusa, inclusive, a ocorrência de crime de usurpação pública. O assunto

tem sido tratado de forma tensa nos bastidores.

O Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público de Contas encaminharam ao diretor-geral do Detran-DF, Jair Tedeschi, recomendação para que regularize a situação. Uma das sugestões é de que o Detran venda a aeronave ou a transfira para a PM, que hoje só conta com um helicóptero para ações de policiamento. Na semana passada, Tedeschi participou de uma reunião no gabinete do procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, na presença do comandante-geral da PM, coronel Antonio Cerqueira. Agora estuda uma medida a adotar.

Tedeschi discorda do entendimento de que a aeronave está em situação irregular porque

acredita que a autarquia pode exercer funções na área de segurança pública. Tedeschi disse ao **Correio** que prepara uma resposta ao Ministério Público com uma sustentação jurídica que respalda a posição do Detran-DF. Mas deixa claro que enfrenta um embate com o setor de operações aéreas da PM. "Quem reclama do Detran é o comandante-geral?", questiona. "Quem fala pela Polícia Militar é o coronel Cerqueira", diz.

O promotor Nísio Tostes, um dos signatários da representação, afirma que o MP vai analisar a argumentação do Detran-DF. Mas antecipa que eventuais multas da Anac ao órgão serão cobradas por meio de ações judiciais diretamente ao diretor-geral do Detran-DF.